

POVO LIVRE



SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE ESTÁ A COLAPSAR

Luís Montenegro esteve no Hospital do Litoral Alentejano, em Santiago do Cacém, no âmbito do “Sentir Portugal em Setúbal”

10 PSD

LÍDIA PEREIRA REELEITA NA LIDERANÇA DA JUVENTUDE DO PPE

A eurodeputada do PSD foi reeleita para mais um mandato na liderança da juventude do Partido Popular Europeu (YEPP), no 14.º congresso que decorreu em Braga

13 LOCAIS

ANÁLISES DAS ÁGUAS REVELAM BACTÉRIAS INTESTINAIS NA PRAIA DE MATOSINHOS

O vereador social-democrata da Câmara de Matosinhos, Bruno Pereira, alertou o executivo municipal para a qualidade da água da praia de Matosinhos

20 REGIONAIS

GOVERNO AÇORIANO EXIGE APOIOS À AGRICULTURA

O Presidente do Governo dos Açores sublinhou que o “Estado não é o continente” e voltou a exigir a extensão à Região das medidas nacionais de apoio ao setor agrícola

Do reconhecimento internacional dos quadros do PSD

O reconhecimento internacional do trabalho dos nossos representantes constitui uma clara demonstração da excelência dos quadros que militam no nosso Partido Social Democrata



EMÍLIA SANTOS
Diretora do Povo Livre

Ao longo da história do nosso Partido, habituámo-nos a ver o perfil e as competências de companheiras e companheiros serem reconhecidos cá e além-fronteiras. Mas tal, nunca nos impediu de assinalar esses momentos – pelo contrário, fazemos questão de o fazer, pelo orgulho que sentimos por eles e pelo que isso representa, também, de valorização do PSD.

A última semana deu-nos renovados motivos de contentamento, com a eleição de Ricardo Rio como presidente do comité executivo do Global Parliament of Mayors, e de Lúcia Pereira, que foi reconduzida na liderança da juventude do Partido Popular Europeu.

O reconhecimento internacional do trabalho dos nossos representantes é cada vez mais evidente e constitui uma clara demonstração da excelência dos quadros que militam no nosso Partido Social Democrata.

No caso do Presidente da Câmara Municipal de Braga, irá liderar aquela que é uma rede que une presidentes de Câmara de todo o mundo, sucedendo, em agosto, ao alemão Peter Kurz, da autarquia de Mannheim.

Assim, será este nosso companheiro que terá a missão de liderar esta união mundial de autarcas e encabeçar as questões globais com que estes se deparam no dia a dia, podendo, assim, influenciar a comunidade internacional e suas organizações para a relevância do poder local na defesa e fortalecimento da democracia num mundo polarizado e num contexto de grande turbulência internacional.

Estou certa de que Ricardo Rio irá estar à altura dos desafios, assumindo um papel fundamental no desenvolvimento e avanço das cidades enquanto comunidade.

Por seu turno, a reeleição de Lúcia Pereira para o cargo de presidente da YEPP, depois das eleições de 2018 e 2021, é a reconfirmação das capacidades de liderança que a levaram a ser a primeira mulher a desempenhar aquele cargo.

Com o apoio maioritário das cerca de 60 organizações que constituem a YEPP, a também Eurodeputada pelo PSD terá um importante papel junto da nossa família europeia a pouco mais de um ano das eleições para o Parlamento Europeu.

Estou certa que a Lúcia Pereira será a voz dos jovens europeus que se revêm nos nossos ideais e que muito contribuirá para ser uma voz ativa na resposta aos problemas da juventude.

É com alegria e orgulho que felicito estes dois companheiros pelas suas eleições. Estou certa que se distinguirão no exercício de tão importantes responsabilidades, honrando a confiança que neles foi depositada e prestigiando o PSD e o País.

LUÍS MONTENEGRO NO CONSELHO NACIONAL

ANTÓNIO COSTA COBRA MAIS IMPOSTOS A CADA ANO QUE PASSA

O PS primeiro castiga e depois dá algumas benesses

“Doutor António Costa, não perca mais tempo” e baixe já os impostos, desafiou Luís Montenegro, esta quinta-feira. O Presidente do PSD chamou a atenção para o que parecer ser o objetivo do Partido Socialista, que passa por “todos os anos cobrar mais impostos do que o que fez no ano passado”.

“António Costa merece uma medalha”, ironizou o líder social-democrata, pois “cobra sempre muitos impostos do que no ano anterior, e mais do que inscreve no Orçamento de Estado (OE). Este ano, nos primeiros quatro meses do ano, a receita fiscal já cumpriu o objetivo de crescimento que o governo fixou para o ano inteiro”. Na verdade, o PS “primeiro castiga, impõe o sacrifício, cumpre o que está no OE, e depois dá algumas benesses quando é mais conveniente, e dizem que têm as contas equilibradas à custa de maior carga fiscal e menor investimento”.



”

Nos primeiros quatro meses do ano, a receita fiscal já cumpriu o objetivo de crescimento que o governo fixou para o ano inteiro

Luís Montenegro



É uma imoralidade António Costa não baixar os impostos em Portugal

Luís Montenegro

Para Luís Montenegro, é uma “imoralidade António Costa não baixar os impostos em Portugal”. O PSD já apresentou propostas para baixar os impostos na classe média, para implementar vantagens no IRS jovem, para baixar o IVA da eletricidade, medidas que o PS chumbou. “Nós damos isso de barato, chumbam sempre as nossas propostas. Não queremos ficar com nenhuma medalha, só queremos que baixe os impostos. O que está a acontecer hoje é que o Governo cobra mais impostos dos que os que precisa para alimentar a máquina do Estado”. Não é por acaso que o PS está associado aos maiores momentos de empobrecimento desde o 25 de Abril, reiterou.



SECRETAS: Se António Costa não vê problemas no que aconteceu, então o problema está no seu gabinete

Ao longo do discurso de abertura do Conselho Nacional do PSD, Luís Montenegro salientou que o partido não se deixa condicionar na ação política e que continua a fazer o seu papel de escrutínio político.

O Primeiro-Ministro até pode desvalorizar o que se passou no caso das Secretas, mas este é um assunto que não pode passar “incólume. Não há margem para errar aqui e alguém tem de assumir responsabilidades”. Se “o Primeiro-ministro

acha normal que o seu Ministro diga o contrário do seu gabinete, então o problema está no seu gabinete. Se há confiança política no Ministro, se acha que foi tudo correto, então o problema está no gabinete dele”.

O Conselho Nacional do PSD reuniu-se na quinta-feira para analisar a situação política e convocar e aprovar o regulamento do Congresso estatutário, que foi marcado para 25 de novembro de 2023, em Almada.





“SENTIR PORTUGAL EM SETÚBAL”

SERVIÇO NACIONAL ESTÁ A COLA

É triste e penoso verificar que Port



O PSD tem apresentado alternativas
que permitem melhorar a vida
dos portugueses

Luís Montenegro



L DE SAÚDE PSAR

Portugal caminha para a cauda da Europa



Luís Montenegro considera que o Serviço Nacional de Saúde (SNS) “está a colapsar não pela via financeira, mas pela via dos recursos humanos”.

“É preciso dar um murro na mesa, é preciso ter a ousadia de arriscar novas soluções”, declarou.

Após visitar o Hospital do Litoral Alentejano, em Santiago do Cacém, na terça-feira, 20 de junho, Luís Montenegro, que percorreu ainda os concelhos de Alcácer do Sal, Grândola e Sines, no âmbito da iniciativa “Sentir Portugal em Setúbal”, alertou que a falta de recursos humanos na saúde está ligada a outros problemas estruturais que “agudizam ainda mais esta situação”. “Em primeiro lugar, falta de habitação e, em segundo lugar, falta de uma rede de transportes eficiente e, por essa via, as políticas públicas acabam por se entrecruzar e por desembocar no desfecho que é, efetivamente, a falta de profissionais no SNS”, apontou.

No litoral alentejano, o líder do PSD constatou que, num universo de cerca de 106 mil utentes, “cerca de 20% não têm médico de família atribuído” e subsistem ainda carências de enfermeiros.

O Presidente social-democrata insta, por isso, o Governo “a debelar uma situação estrutural”, e que se traduz no agravamento das condições profissionais de médicos, enfermeiros e técnicos.

“A saúde é o exemplo gritante da falta de ambição, da falta de capacidade de execução, da falta de visão estratégica, da falta de transformação estrutural do país. Nós estamos a chegar a um ponto onde a falta de visão do dr. António Costa e do PS se repercute em bloqueios dos principais serviços públicos e a saúde está à cabeça desses bloqueios”, acrescentou.

No próximo dia 6 de julho, anunciou Luís Montenegro, o PSD leva à discussão no Parlamento um conjunto de iniciativas dedicadas ao setor da saúde.



Vamos revogar as medidas danosas para o alojamento local

Luís Montenegro critica as propostas do Governo de António Costa que fazem parte do programa “Mais Habitação” e que estão a condenar o alojamento local.

“Nós estamos contra este impulso legislativo do Governo que visa asfixiar o funcionamento do mercado do alojamento local”, reafirmou.

No 2.º dia do “Sentir Portugal em Setúbal”, esta terça-feira, em Troia, Luís Montenegro referiu que “ao contrário do Governo”, “não considera o alojamento local um inimigo das políticas de habitação”. “A ideia de que o alojamento local está a retirar da oferta da habitação os fogos necessários para colmatar as lacunas que muitos portugueses, nomeadamente os jovens, [têm] nos centros das cidades, é uma ideia errada”, acrescentou.

Nesse sentido, assegura Luís Montenegro, o PSD, “quando for governo”, irá revogar “as alterações que têm a ver com a caducidade das licenças”, “a nova contribuição fiscal extraordinária” e todas “as medidas inibitórias desta atividade económica”.

O líder do PSD defende que “com bom senso, com capacidade de diálogo e tolerância” é possível “aproximar posições” com os vários agentes do setor, em particular com a Associação do Alojamento Local em Portugal (ALEP).

“Espero que o PS possa corrigir parte dos erros nestas propostas”, insistiu.





LÍDIA PEREIRA REELEITA NA LIDERANÇA DA JUVENTUDE DO PPE

A eurodeputada do PSD Lídia Pereira foi reeleita para mais um mandato na liderança da Juventude do Partido Popular Europeu (YEPP), no 14.º congresso daquela estrutura que decorreu em Braga.

Lídia Pereira foi reeleita para um mandato de dois anos, com 71% dos votos, e “assumiu como prioridade para o próximo mandato a necessidade da subida de salários para enfrentar a crise inflacionista que afeta a Europa, a crise na habitação e a luta contra as alterações climáticas”.

“O próximo mandato será marcado pelas eleições europeias de 2024, elegendo a necessidade de dar resposta aos problemas da juventude como prioridade da agenda do Partido Popular Europeu”, acrescenta.

Numa publicação no Facebook, Lídia Pereira agradeceu “o voto de confiança das organizações membro do YEPP, em particular no apoio da Juventude Social Democrata, na reeleição para mais um mandato como presidente do YEPP”.

A eurodeputada apontou igualmente união para “vencer os desafios que se apresentam” à sua geração.

O Presidente do PSD, Luís Montenegro, felicitou Lídia Pereira pela reeleição. Através de uma publicação na rede social Twitter, o líder social-democrata desejou um “bom mandato” à presidente do YEPP.

“A Europa precisa de uma juventude ainda mais forte e determinada. Acesso à habitação, menos impostos e melhores salários são também a nossa prioridade”, indicou Montenegro.

Também a JSD parabenizou Lídia Pereira pela reeleição, considerando ser «um orgulho».

“Certos de que continuará a defender uma Europa de oportunidades para as novas gerações”, acrescenta a estrutura numa publicação no Twitter.

Lídia Pereira, eleita pela primeira vez para o cargo em novembro de 2018, foi reeleita em julho de 2021, com 97,57% dos votos.



Foi a primeira mulher e também a primeira portuguesa a liderar a organização de juventude do PPE, a que pertencem as juventudes do PSD (JSD) e do CDS (JP), de Portugal, e junta cerca de 60 organizações de toda a Europa.

O Congresso contou com a presença da Presidente do Parlamento Europeu, Roberta Metsola, do vice-Presidente da Comissão Europeia, Margaritis Schinas, e do Presidente do Partido Social Democrata, Luís Montenegro.

Sob o tema “The Road Ahead: Fit for 2024”, o Congresso posicionou o YEPP como um parceiro ativo e relevante nas eleições europeias de 2024.

Durante o Congresso, foram abordados temas cruciais para o futuro da Europa, como o fortalecimento da democracia, o combate às alterações climáticas, a inovação tec-

nológica, o emprego jovem e defesa da paz e democracia na Europa, com um apoio firme e determinado à Ucrânia. Os jovens líderes tiveram a oportunidade de debater, partilhar experiências e estabelecer uma visão comum para o YEPP, alinhada com os interesses e aspirações das novas gerações europeias, assim como assistir à intervenção presencial de Kateryna Polishchuk - O pássaro de ferro de Azovstal, médica ucraniana que resistiu ao cerco de Azovstal e que se deslocou a Portugal diretamente da frente de batalha na Ucrânia para partilhar a sua experiência com os delegados.

O 14.º congresso da Juventude do Partido Popular Europeu, com o tema “O caminho em frente: preparados para 2024”, arrancou na sexta-feira, em Braga, e terminou no domingo, 18 de junho.



RICARDO RIO ELEITO PRESIDENTE DE REDE MUNDIAL DE AUTARCAS

Luís Montenegro congratulou-se com a eleição do Presidente da Câmara Municipal de Braga, Ricardo Rio, para presidir ao Comité Executivo do Global Parliament of Mayors (GPM).

“É com autarcas de referência como Ricardo Rio que o poder local se enaltece e demonstra o seu papel fundamental no desenvolvimento de Portugal”, comentou Luís Montenegro.

O Comité Executivo do Global Parliament of Mayors (GPM) é uma rede que reúne mais de 60 autarcas da Europa, América, Ásia e África.

Segundo um comunicado da Câmara de Braga, Ricardo Rio irá assumir aquele cargo em agosto, sucedendo ao Presidente da cidade alemã Mannheim, Peter Kurz.

Ricardo Rio é membro do GPM desde 2018 e foi nomeado tesoureiro e membro do Comité Executivo em 2019.

“É com grande orgulho que assumo a presidência do GPM. Desde o início, em 2016, o GPM desenvolveu uma história de unir autarcas de todo o mundo para enfrentar questões globais do século XXI, gerando impacto global e local e promovendo o papel das cidades em organizações internacionais, como as Nações Unidas e o G7, e trabalhando em questões fundamentais como a democracia, a partilha de talento ou as alterações climáticas”, referiu Ricardo Rio.

Acrescenta que ainda recentemente o GPM promoveu a Declaração Global de Autarcas pela Democracia, assinada por mais de 250 presidentes de câmara em todo o mundo.

“O GPM organiza e amplifica a voz e a influência dos autarcas em todo o mundo e fortalece a relação com governos nacionais, redes, instituições multinacionais, grupos da sociedade civil e empresas. Neste momento, reúne mais de 60 autarcas da Europa, América, Ásia e África, funcionando também com parcerias com diversas organizações internacionais”, concluiu o autarca.

ANÁLISES DAS ÁGUAS REVELAM BACTÉRIAS INTESTINAIS NA PRAIA DE MATOSINHOS



O vereador social-democrata da Câmara de Matosinhos, Bruno Pereira, alertou o executivo municipal para a qualidade da água da praia de Matosinhos. A praia chegou a estar interdita a banhos, na sequência de análises feitas pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA).

“Uma vez mais a Agência portuguesa do ambiente (APA), apurou, nas praias de Matosinhos, a presença de valores microbiológicos, em águas costeiras, acima dos parâmetros de referência ditos máximos recomendáveis para Enterococos Intestinais e para Escherichia Coli, de extrema perigosidade para a saúde pública dos banhistas”, começou por referir o vereador em comunicado.

Considerando que ocorreram recentemente chuvas e que o fator de diluição aumentou, o que até contribuiu para uma diminuição bacteriana, ou seja, com o aumento da temperatura, verificou-se um aumento da carga bacteriana, nas nossas águas costeiras.

Os autarcas do PSD de Matosinhos não podem deixar de manifestar a sua preocupação pelos resultados demonstrados pelas análises das águas balneares – águas costeiras e de transição. Relembrando que, a praia de Matosinhos é a principal praia urbana da área metropolitana do Porto, a única servida pelo metro, frequentada durante todo o ano, e ao caso específico por crianças e idosos, os quais tem um sistema imunitário mais frágil, seria bom que a câmara tomasse medidas, por forma a respeitar a saúde pública, pois não é aceitável sujeitar a população a estas perigosidades e

comprometer a atividade económica e turística de Matosinhos.

“É impressionante que no concelho de Matosinhos, que tem como autarca a Presidente da associação nacional de municípios, ainda se verifiquem linhas de água a desaguar nas nossas praias, que são verdadeiros esgotos a céu aberto e dos quais ainda não se corrigiram as ligações indevidas de esgotos. Não podemos deixar de manifestar a nossa preocupação perante previsíveis consequências das obras do Porto de Leixões, são milhões de toneladas de areias e rocha retiradas e colocadas a poucas milhas da costa, são décadas de detritos acumulados nas águas interiores do Porto de Leixões, agora expostos e que podem colocar em perigo a saúde pública”, salientam

De acordo com o vereador, “os estudos de impacto ambiental desta obra não deixavam de ser preocupantes, pois apontavam, entre outros, para a deterioração da qualidade de água, do ar e dos solos, para a alteração morfológica das praias, e afetavam diretamente os desportos náuticos, a restauração a economia local”.

O PSD lamenta a posição de distanciamento e silêncio da Câmara Municipal de Matosinhos sobre esta questão.

PSD DE MATOSINHOS PROPÕE CAMPUS UNIVERSITÁRIO: “Jovens estudantes necessitam de habitação a preços justos”

Os autarcas sociais-democratas de Matosinhos vão propor em reunião de câmara uma proposta que visa acautelar às gerações presentes, e futuras, um projeto de construção de um Campus Universitário em Matosinhos, em regime de parceria público-privada.

Tendo por base o apoio financeiro do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) para alargar a atual oferta de camas a preços acessíveis para estudantes do ensino superior, e tendo o concelho de Matosinhos, dentro de suas portas e nas suas fronteiras importantes polos universitários, a Câmara Municipal, em conjunto com o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES), com a Universidade do Porto, e com parceiros privados, tem obrigação de seguir as linhas orientadoras do programa Nacional para o Alojamento no Ensino Superior (PNAES), e pugnar por políticas que acelerem a disponibilização de camas a preços controlados até 2026, nomeadamente através da construção de residências para estudantes.

“O nosso desafio é que Matosinhos crie, dentro de suas portas, um Campus Universitário, paredes meias com o polo universitário da Asprela, aproveitando o novo traçado de metro e criando para residências universitárias, instalações académicas, serviços, comércio, zonas de lazer e desporto, bem como centros de investigação científica e académica. Matosinhos possui terrenos com capacidade para albergar um campus Universitário, com todas as vertentes, ao invés da cidade do Porto que já está sobrecarregada”, argumenta Bruno Pereira, vereador e presidente do PSD de Matosinhos.

Na opinião deste dirigente social-democrata, a presidente do executivo de Matosinhos, Luísa Salgueiro, deve, através de parcerias e incentivos fiscais, pugnar para que na sua maioria a construção seja realizada por privados, em terrenos municipais ou terrenos definidos pelo município para esse fim, que “a serem cedidos, em regime de direito de superfície, a privados para cons-

trução e exploração, por um período temporal de 75 anos”, propõe Bruno Pereira.

A construção de residências universitárias em parceria público-privada visa retirar e aliviar a pressão habitacional, associada aos estudantes universitários, viabilizando o ingresso e a manutenção dos jovens no ensino superior.

No projeto do PSD diz que o residente (estudante), através do pagamento de uma mensalidade para morar, acede a um serviço completo, o qual pode incluir mobiliário, fornecimento de água, energia e internet, manutenções e vários serviços (que podem incluir limpeza, refeições ou serviços de lavandaria).

“Durante o período de verão seria permitido a conversão das mesmas, em unidades de turismo, como fazem algumas universidades estrangeiras, que permitem gerar ren-

dimentos adicionais, incentivando o investimento e reduzindo os custos para os estudantes”, adianta Bruno Pereira.

No Campus pode ser ainda incluída a construção de centros de produção de energia renováveis, que vão certamente contribuir não só para a diminuição dos custos energéticos deste, mas também poder vender o excedente energético à rede pública.

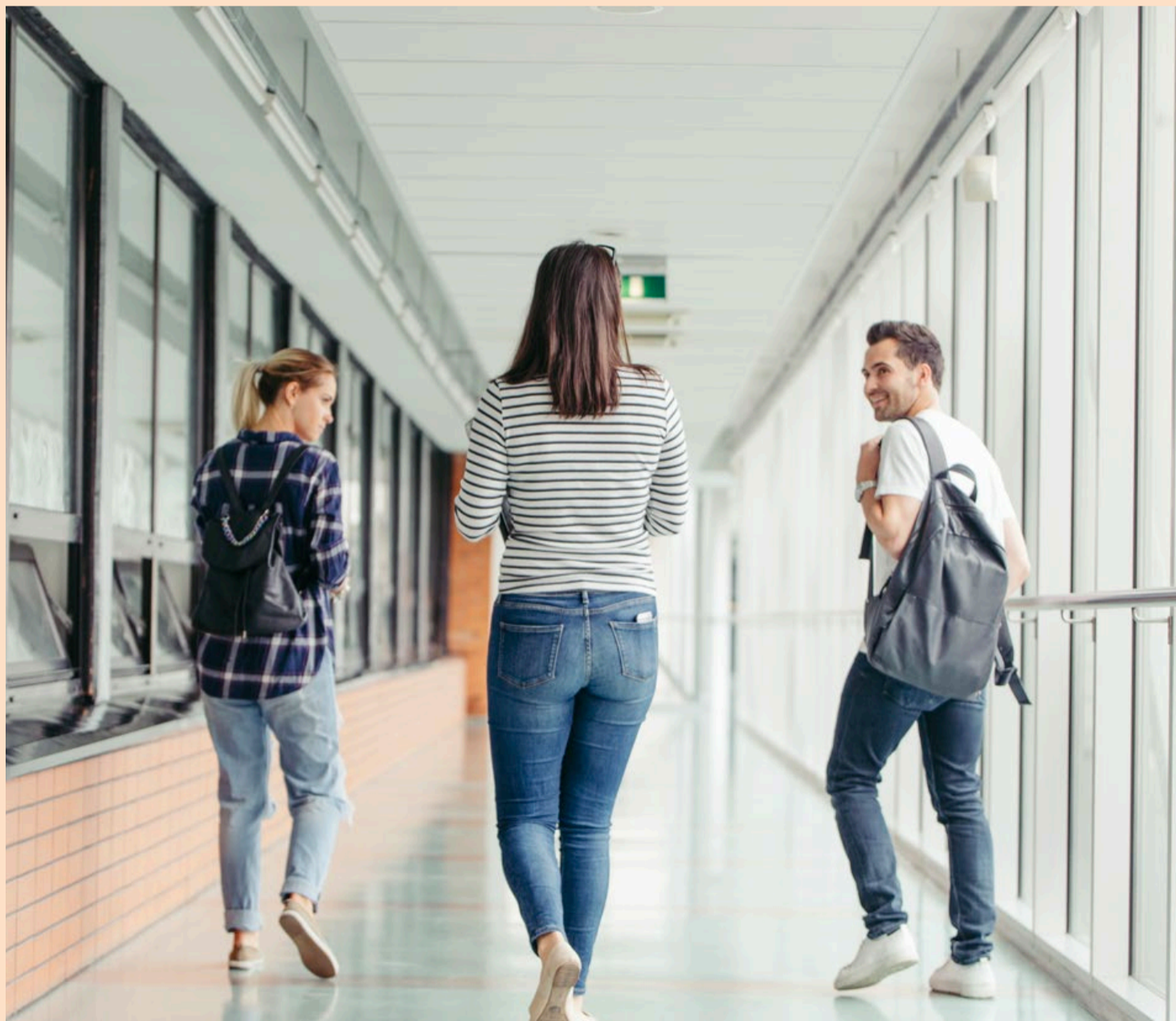
Bruno Pereira recorda que “em cada ano que passa verifica-se um aumento significativo de ingressos no ensino superior e, por arrasto, as habitações para estudantes chegaram a um ponto de rutura, causado pelo aumento do turismo e pela concorrência direta com famílias no que toca a obtenção de habitação, e por isso é imperativo, e urgente, apostar na criação de um Campus Universitário de Matosinhos”, justi-

fica este vereador do PSD.

Matosinhos, bem como os grandes centros urbanos de Portugal, padece de um sério problema de habitação, sobretudo no que concerne à falta de habitação em preços compatíveis para jovens e famílias de classe média.

A vivência no futuro Campus Universitário de Matosinhos não se pode limitar, somente, à componente letiva, mas deve promover um conjunto de atividades complementares, de carácter social e de carácter científico que incentivem uma cultura multidisciplinar aos futuros estudantes universitários.

O conjunto de infraestruturas do campus deve contribuir para uma melhor qualidade de vida dos estudantes e a diversidade de espaços facilitar o desenvolvimento de atividades extracurriculares.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA FEIRA UNÂNIME NA ESCOLHA DE TRAÇADO DO TGV

Os sete partidos representados na Assembleia Municipal da Feira aprovaram por unanimidade o traçado da Linha de Alta Velocidade (LAV ou TGV) que não prevê demolições nesse concelho do distrito de Aveiro.



A sessão tinha como único tema a análise das duas alternativas que a Infraestruturas de Portugal (IP) definiu para a região e que estão em consulta pública até sexta-feira, a propósito da linha férrea que visa ligar Porto e Lisboa em 75 minutos.

O Traçado A foi rejeitado por implicar, só no que se refere ao concelho de Santa Maria da Feira, 89 demolições de habitações, anexos, indústria ou serviços, e o Traçado B foi o aprovado por não prever nenhuma, já que afeta sobretudo o município contíguo de Ovar.

No documento aprovado, a Assembleia Municipal recomenda à IP um traçado alternativo, baseado na solução apontada como mais favorável pela Avaliação de Impacte Ambiental, que prevê 70 demolições, mas com esse desenho melhorado de forma a que os edificados a destruir sejam apenas 32 (dos quais só 15 habitações).

Essa última hipótese combina uma

parte do Traçado A com elementos do troço ILBA Ovar e ainda aspetos da Variante Monte Mourão, acrescentando-lhes “ligeiras alterações”. É encarada pelo presidente da Câmara da Feira como a mais “realista” no equilíbrio entre os interesses do seu concelho e os do de Ovar.

“Não fizemos já o desenho [desse traçado alternativo] porque, se o fizéssemos, a IP podia aproveitar qualquer falha para o desvalorizar e, como essa entidade é que tem a competência e o dinheiro para isso, ela é que deve realizar o trabalho”, declarou Emídio Sousa.

Todos os partidos também foram unânimes nas críticas à entidade que tutela a obra do TGV, considerando que, segundo informação da autarquia, após “10 meses sem qualquer informação por parte da IP”, a câmara foi confrontada com a abertura do período de consulta pública sem antes ter recebido “documentação nenhuma”.

Além disso, as propostas apresentadas pela IP não terão tido em linha de conta, segundo Emídio Sousa, projetos que representam “100 milhões de euros e 1.200 postos de trabalho” em investimentos já previstos para as zonas a expropriar, nomeadamente nas áreas de expansão do parque empresarial LusoPark. O autarca social-democrata diz, por isso, que o trabalho da IP “foi mal feito e mal conduzido”.

A avaliar pelo traçado mais prejudicial ao concelho da Feira, a construção do TGV afetará edificado sobretudo nas freguesias de Espargo, Rio Meão e São Paio de Oleiros, mas também influirá em terrenos de Travanca, São Miguel do Souto, São João de Ver e Nogueira da Regedoura.

A empreitada entre Oiã, em Aveiro, e Campanhã, no Porto, constitui o Lote A da primeira fase da obra completa, sendo que nessa etapa inicial do projeto, a decorrer até 2028, deverá ser executado ainda o

Lote B, de Oiã até Soure, no distrito de Coimbra.

Propondo-se garantir mais rapidez na ligação Porto-Lisboa e descongestionar a Linha do Norte, o percurso do TGV será construído em via dupla e bitola ibérica (com largura de 1.668 milímetros), o que, juntamente com caminhos de serviço para manutenção e acessos para proprietários, implicará a desocupação de uma faixa longitudinal de terreno com largura estimada em 25 metros.

Reconhecendo que ver demolida uma habitação de família é sempre algo “dramático”, Emídio Sousa quer que a IP “reveja os valores das indemnizações, porque são muito baixos”, e aconselha os proprietários expropriados a negociarem bem os prazos da saída, porque “tempos de execução muito curtos não lhes garantem que tenham condições de encontrar uma alternativa de qualidade” para as suas casas.

CÂMARA DE SANTARÉM APOIA 73 PROJETOS CULTURAIS COM 200 MIL EUROS EM 2023

A Câmara de Santarém aprovou uma verba de 200 mil euros para 73 projetos de 46 agentes culturais do concelho, em 2023, tendo o vereador com o pelouro afirmado esperar no próximo ano “dar mais um bocadinho”.

Nuno Domingos, vereador com o pelouro da Cultura, referiu, na reunião do executivo municipal, que o valor atribuído ficou bastante abaixo do valor global solicitado pelas associações e entidades que se candidataram ao Programa de Apoio ao Associativismo e Agentes Culturais (PAAAC), na ordem dos 627 mil euros, para um valor total dos projetos superior a um milhão de euros.

“De facto é uma discrepância muito grande. Temos de avaliar a possibilidade de no próximo ano dar mais um bocadinho”, afirmou o vereador eleito pelo PS e que detém o pelouro da Cultura no âmbito do acordo de governação pós-eleitoral assinado com a maioria social-democrata, reconhecendo que este ano o valor aumentou “um pouco” em relação a 2022.

A verba aprovada na reunião de terça-feira, por unanimidade, destinou-se a 13 projetos permanentes, no

valor global de 130.000 euros, e a 60 pontuais/festivais, no total de 70 mil euros, disse.

Foram contemplados 30 projetos de cultura tradicional, 24 projetos transdisciplinares, 15 de música, 11 de dança, sete de teatro, três de pesquisa, investigação, documentação e arquivo e dois de artes plásticas.

As candidaturas ao PAAAC abriram em 20 de fevereiro, tendo os projetos sido avaliados por um júri, que fez a proposta colocada a votação no dia 13.

Segundo a decisão, metade da verba será paga aos agentes culturais no fim de julho e os restantes 50% no final de novembro.

Algumas associações têm apelado a uma revisão das datas do processo, referindo que a chegada das verbas já na segunda metade do ano obriga, por vezes, a refazer iniciati-

vas programadas por incapacidade de antecipação dos valores por parte das coletividades.

Ainda na reunião de dia 13 de junho, foi aprovada a verba de 66 mil euros para o Festival Órgãos Históricos de Santarém (FÓS), que se realizará de 24 de novembro a 3 de dezembro, montante que será transferido em duas tranches (julho e novembro) para a Santa Casa da Misericórdia de Santarém (SCMS), que faz a gestão financeira do projeto.

O Presidente da Câmara de Santarém, Ricardo Gonçalves (PSD), referiu o facto de o projeto, realizado desde 2009 em parceria com a SCMS e com a Diocese, estar a crescer “de ano para ano”.

O autarca disse esperar que, em 2025 ou 2026, o festival possa integrar o órgão da Igreja de Santa Iria da Ribeira, para cuja recuperação estão a ser negociados fundos co-

munitários, no âmbito da intervenção programada para o edifício.

Santarém reivindica ser a cidade que reúne mais órgãos antigos, em perfeito funcionamento, dentro do centro histórico. Em 2007 e 2008, foram restaurados seis órgãos pelos organeiros Dinarte Machado e Nuno Rigaud, nomeadamente nas igrejas de Marvila, Sé, Piedade, Monte, Misericórdia e São Nicolau, quatro dos quais dos “mais destacados mestres de organaria portuguesa do fim do século XVIII e início do XIX”, António Xavier Machado Cerveira e Joaquim António Peres Fontanes. O último órgão a ser restaurado foi o da Igreja de Santa Maria da Alcáçova em 2015.

ESCOLAS SECUNDÁRIAS DE CASCAIS VÃO TER MENTORES E AULAS DE COMPUTAÇÃO

As escolas secundárias do concelho de Cascais vão ter a partir do próximo ano letivo mentores e aulas de computação, na sequência de um projeto apresentado pela Câmara Municipal.

O projeto, com início previsto para o ano letivo 2023/2024, vai colocar mentores em sala de aula para colaborar com os professores no acompanhamento das turmas, dando apoio nas disciplinas que a escola considere que sejam mais necessárias.

Segundo explica a Câmara Municipal de Cascais, os mentores “são jovens licenciados com competências de comunicação, liderança e colaboração”.

O vice-Presidente da Câmara Municipal de Cascais, Miguel Pinto Luz, explicou que este projeto é feito em parceria com os agrupamentos de escolas e com os professores, visando “melhorar a qualidade da escola pública e dotá-la de mais ferramentas”.

“Nós temos tido um diálogo permanente com as escolas, com os professores, com os conselhos pedagógicos e percebemos que temos de apoiar a escola pública no sentido de a municiar das ferramentas necessárias e suficientes para garantir mais qualidade e melhores condições”, apontou.

Também no âmbito deste projeto vai ser ministrado, a partir do próximo ano letivo, a alunos do secundário a disciplina de computação, que surge após a realização de um projeto-piloto no agrupamento de escolas Frei Gonçalo de Azevedo, na freguesia de São Domingos de Rana.

“Os conhecimentos de informática, em especial da programação, são, cada vez mais, uma competência diferenciadora e valorizada”, justificou.

Este programa vai abranger também os professores do 2.º, 3.º ciclo e ensino secundário, que poderão frequentar formações em pedagogia e ensino partilhado ou em computação.

A Câmara de Cascais estima que, até ao final do ano letivo de 2025/2026, o programa abranja mais de 14.500 alunos do ensino público do concelho, incluindo 3.600 do ensino da computação, num investimento de cerca de 3,7 milhões de euros.



CÂMARA DO FUNCHAL APROVA CONTAS CONSOLIDADAS DE 2022

A Câmara Municipal do Funchal aprovou, no dia 14 de junho, as contas consolidadas de 2022, registando um saldo positivo de seis milhões de euros.

“Neste momento, estamos a funcionar de forma aberta, com mais resultados, com mais apoio à população, e os resultados da conta consolidada foram positivos em cerca de seis milhões de euros em termos globais”, indicou o Presidente da Câmara do Funchal, Pedro Calado, após a reunião semanal do executivo.

A proposta teve os votos favoráveis dos seis vereadores eleitos pela coligação PSD/CDS-PP, que lidera a autarquia, e os votos contra dos cinco vereadores da coligação Confiança, liderada pelo PS.

As contas consolidadas englobam a Câmara

Municipal do Funchal e as duas empresas municipais: Frente Mar e Sociohabita.

“Tivemos, pela primeira vez, os três resultados positivos. Conseguimos reequilibrar as contas financeiras do município, da Sociohabita e da Frente Mar”, salientou Pedro Calado, considerando que foi atingido “um valor francamente bom”.

“Este dinheiro tem sido canalizado para aumentar os apoios às famílias carenciadas, quer também ao apoio ao comércio, mais investimento, mais recrutamento de pessoas”, garantiu.



AÇORES VÃO CRIAR PORTAL DA TRANSPARÊNCIA PARA NOMEAÇÕES POLÍTICAS

O Governo dos Açores vai criar um portal da transparência na internet para concentrar a informação relativa às nomeações políticas, depois de o parlamento regional ter aprovado, no dia 13, uma iniciativa da coligação PSD/CDS-PP/PPM.

O diploma para a criação daquele portal foi aprovado por unanimidade durante o plenário da Assembleia Legislativa Regional, que decorreu na Horta.

Na apresentação do projeto legislativo dos partidos que suportam o Governo Regional (PSD/CDS-PP/PPM), Sabrina Furtado alertou que a “composição dos gabinetes dos membros” do executivo e as “remunerações do pessoal de confiança política” estão “dispersas”.

“O presente diploma visa assegurar o efetivo direito de acesso simplificado e imediato dos cidadãos à informação sobre o nome, cargo e remuneração do pessoal de confiança e assessoria técnica e política dos gabinetes dos membros do Governo Regional”, especificou.

A Assembleia Legislativa dos Açores é composta por 57 deputados e, na atual legislatura, 25 são do PS, 21 do PSD, três do CDS-PP, dois do PPM, dois do BE, um da Iniciativa Liberal, um do PAN, um do Chega e um deputado independente (ex-Chega).



GOVERNO AÇORIANO EXIGE APOIOS À AGRICULTURA



O Presidente do Governo dos Açores sublinhou que o “Estado não é o continente” e voltou a exigir a extensão à Região das medidas nacionais de apoio à agricultura.

José Manuel Bolieiro, afirmou reiterou que as “medidas nacionais assumidas pelo governo do país são para o país”, depois de o ministério da Agricultura ter explicado à Lusa que as portarias n.º120-A/2023 e 120-B/2013 não incluem as regiões autónomas, uma vez que em causa está um apoio financiado, em exclusivo, pelo Orçamento do Estado (OE).

“Eu concordo que não deve haver ingerência na autonomia, mas subscrevo de forma firme e determinada que o Estado é para corresponder às necessidades do Estado e que o governo do país é para governar o país e apoiar, nas medidas nacionais, não só o continente, mas também os Açores e Madeira”, afirmou, em Santa Cruz das Flores, após a reunião com o Conselho de Ilha, dia 19 de junho.

Em causa está um “auxílio estatal em apoio da economia na sequência da agressão da Ucrânia pela Rússia” e a “medida extraordinária de apoio aos agricultores do continente, destinada a mitigar o efeito da subida dos preços dos custos de produção para o ano de 2023”.

Questionado sobre o facto de aqueles apoios terem sido suportados pelo Orçamento do Estado, José Manuel Bolieiro insistiu que o “Estado não é o continente”.

“Há uma contradição logo nos termos. Orçamento do Estado. O Estado não é o continente”, salientou.

Nos últimos meses, o Governo dos Açores, a oposição e os agricultores têm criticado a exclusão da região dos apoios nacionais para mitigar o impacto da guerra da Ucrânia e a consequente subida de custos.



Aprovada proposta da coligação de extensão de apoios extraordinários à agricultura

O Parlamento açoriano aprovou na sexta-feira, 16 de junho, uma proposta da coligação (PSD, CDS-PP e PPM) a exigir ao Governo da República a extensão às Regiões Autónomas dos apoios financeiros extraordinários ao setor agrícola e a prorrogação do mecanismo do gásóleo profissional.

A questão foi motivada “por uma atitude completamente discriminatória do Governo da República”, referiu o deputado do PSD dos Açores, Marco Costa, sobre “a desigualdade criada entre agricultores do continente e das Regiões Autónomas, que se viram excluídos do acesso a apoios financeiros”.

O social-democrata lembrou que foi aprovado “um regime geral que rege a atribuição daqueles apoios, de

âmbito nacional, ao sector agrícola e pecuário e ao setor das pescas e aquicultura, mas a respetiva regulamentação circunscreveu a sua aplicação ao território continental”.

Marco Costa sublinhou que são assim negados aos agricultores açorianos “185 euros por animal, no caso dos bovinos de leite, 56 euros por animal nos bovinos de carne, 23 euros por hectare nas pastagens permanentes e 25 euros por hectare no caso das culturas arvenses”.

Os citados apoios, a atribuir este ano, visam mitigar os efeitos da conjuntura internacional desfavorável, resultante da subida acentuada nos preços dos fatores de produção e dos combustíveis e energia, “que colocam constrangimentos significativos ao rendimento do produtor”,

apontou o parlamentar.

Na Região, “as circunstâncias da ultraperiferia, da insularidade e a falta de mão-de obra de pessoal afeto à agricultura e pecuária representam constrangimentos acrescidos a quem vive daquelas atividades económicas”.

Segundo o deputado, “não se pode assim aceitar que o PS tenha optado por não dar prioridade aos agricultores da Região”, tendo os seus deputados eleitos pelos Açores “seguido a toada centralista do Governo da República, votando ao lado do Executivo, ao invés de apoiarem o principal setor económico da nossa Região”.

Marco Costa acusou igualmente o Partido Socialista “de prosseguir numa cruzada de confundir os aço-

rianos” sobre a temática, enquanto “também defende a forma de agir do Governo da República, em vez de defender os nossos agricultores”.

O social-democrata recordou ainda que a Agricultura e a Pecuária constituem “motores fundamentais para o desenvolvimento sócio-económico dos Açores, sendo atividades de sustento direto para milhares de famílias”, além “do seu importante papel na criação de emprego e fixação de pessoas, especialmente jovens, nas zonas rurais”.

Além disso, sublinhou que o setor “representa 6,8% do PIB da Região, e a nossa produção leiteira, com apenas 2% do território nacional, tem uma produção correspondente a cerca de 37% do total nacional”.

GOVERNO DOS AÇORES CONGRATULA-SE COM POSIÇÃO DO PARLAMENTO EUROPEU SOBRE AS RUP



O Governo dos Açores congratulou-se com a aprovação do relatório do Parlamento Europeu (PE) sobre a nova estratégia da Comissão Europeia para as Regiões Ultraperiféricas (RUP), que vem “reforçar as diligências” destas regiões.

De acordo com a subsecretaria regional da Presidência do Governo dos Açores, a posição agora adotada pelo PE “vem reforçar as diligências das RUP para acelerar a concretização da nova estratégia adotada pela Comissão Europeia, de modo a melhor poderem fazer face aos múltiplos desafios com que se confrontam”.

O PE defendeu, em Estrasburgo, que as RUP, como os Açores e Madeira, necessitam de medidas mais adaptadas e de recursos adequados.

Os eurodeputados adotaram, com 589 votos a favor, 22 contra e 17 abstenções, a sua posição sobre a estratégia da Comissão Europeia para as regiões ultraperiféricas, defendendo que o executivo comunitário apresente planos de ação para executar a estratégia e a apoie com fundos adequados.

Citado hoje em nota de imprensa, o gabinete do subsecretário regional Pedro Faria e Castro refere que “num universo caracterizado por uma pluralidade de crises, aposta-se na disponibilização a estas regiões – que se encontram dispersas, afastadas do continente europeu”.

O governante ressalva que as RUP “conhecem desafios acrescidos face à sua insularidade, mas que constituem importantes ativos para a União Europeia (UE) pelo valor que lhe acrescentam além-fronteiras, de políticas e de apoios específicos, talhados à medida das necessidades reais de cada uma delas”.

Para o executivo açoriano, com esta posição, o PE “associa-se à parceria privilegiada estabelecida entre as RUP e a Comissão Europeia, colocando-se, claramente, ao lado das RUP na defesa da salvaguarda dos seus interesses”.

O Governo dos Açores “congratula-se, muito vivamente, seguro de poder continuar a trabalhar de forma tão íntima quanto comprometida com estas duas importantes instituições da UE”.

O relatório aprovado defende que a política para as RUP “se concentre na competitividade e preveja uma abordagem adaptada que reflita as necessidades de cada região ultraperiférica, uma vez que as políticas atuais não têm suficientemente em conta as suas especificidades”.

Há nove territórios da União Europeia com estatuto de RUP localizados nos oceanos Atlântico e Índico, na bacia das Caraíbas e na América do Sul, incluindo Açores e Madeira (Portugal), Ilhas Canárias (Espanha), Guadalupe, Guiana Francesa, Martinica, Maiote, Reunião e São Martinho (França).

GOVERNO DA MADEIRA QUER CRIAR FUNDO PARA APOIAR EMIGRANTES NA ÁFRICA DO SUL

O Presidente do Governo da Madeira anunciou estar previsto alterar o regulamento do Fórum das Comunidades para criar um fundo destinado a apoiar os emigrantes mais vulneráveis devido ao clima de insegurança na África do Sul.



O chefe do Governo Regional integrou a comitiva do Presidente da República que efetuou na semana passada uma visita à comunidade da África do Sul, integrada nas comemorações do 10 de junho, e comentou hoje que “a visita correu bem”.

“Do ponto de vista económico, as coisas estão a correr bem, o único senão é a insegurança, que é generalizada” naquele país, referiu.

Na opinião do governante madeirense, “a situação não é de anarquia, mas preocupa, sobretudo porque muitos dos emigrantes madeirenses, pelas suas atividades, estão mais expostos a assaltos”.

Miguel Albuquerque realçou que o Governo Regional tem apoiado os lares na África do Sul e “está a equacionar”, no regulamento do Fórum

das Comunidades – órgão consultivo do executivo -, “criar um fundo para apoiar as famílias que ficam mais vulneráveis do ponto de vista psicológico”.

“Será decidido no Fórum das Comunidades e será inserido no próximo Orçamento Regional”, apontou.

O líder insular mencionou também que grande parte do investimento imobiliário na Madeira é feito por emigrantes na África do Sul.

Questionado sobre a necessidade de uma ligação aérea direta entre aquele país e a Madeira, opinou ser “um pouco utópico pensar que alguma vez a TAP terá condições de competitividade” para efetuar este tipo de voos porque “o mercado sul-africano é altamente concorrencial” e conta com operações de grandes companhias mundiais.

“A grande vantagem é que estamos [Madeira] com 90 rotas diretas e há possibilidade de viajar para uma capital europeia e depois vir direto para a Madeira”, complementou.

Miguel Albuquerque também secundou a posição do presidente da Assembleia Legislativa da Madeira, José Manuel Rodrigues, que anunciou quinta-feira ter requerido ao Tribunal Constitucional a fiscalização da constitucionalidade da lei da morte medicamente assistida por violar o direito de audição das regiões autónomas em todo o seu processo legislativo.

“Se está na lei que regiões devem ser ouvidas é inconstitucional”, venceu, mas, apontou: “Espero que o Tribunal Constitucional, que é sempre contra as regiões, também diga que está tudo certo”.

Miguel Albuquerque falava aos jornalistas à margem da visita que efetuou, dia 9 de junho, à segunda fase da empreitada pavilhão gimnodesportivo do Estreito de Câmara de Lobos, que deverá estar concluída no primeiro trimestre de 2024, representando um investimento do executivo madeirense (PSD/CDS) na ordem dos 5,2 milhões de euros.

UE PREOCUPA-SE MAIS COM REGIÕES ULTRAPERIFÉRICAS DO QUE A REPÚBLICA

O Governo da Madeira considera que a União Europeia (UE) está mais preocupada com as especificidades das Regiões Ultraperiféricas (RUP) do que o Estado português.

“A União Europeia trata melhor as RUP do que o Estado português”, disse o secretário regional das Finanças, Rogério Gonçalves, no plenário da Assembleia Legislativa da Madeira, no Funchal, durante o debate para apreciação do relatório anual intitulado “A Região Autónoma da Madeira (RAM) na União Europeia - 2022”.

O documento em apreciação “traduz as atividades desenvolvidas pelo Governo Regional, no âmbito dos Assuntos Europeus, com mais impacto para a região”, sublinhou o governante.

Em matéria de apoio às RUP, “é evidente que a União Europeia, priorizando o princípio da coesão económica e social e tendo presente o Estatuto da Ultraperiferia, tem chegado de forma eficaz onde, tantas vezes, o Estado português não tem conseguido ou não tem querido chegar”, acrescentou.

Rogério Gonçalves destacou que “desde novembro que a Madeira não recebe qualquer cofinanciamento da verba para a construção do novo hospital”, tendo a região avançado com “mais de sete milhões de euros” do montante de 50% assumidos pelo Governo da República.

O secretário referiu os vários apoios comunitários que beneficiam a Madeira, entre os quais os instrumentos de resposta à crise concebidos e suportados pelo Governo Regional (PSD/CDS-PP), atribuídos aos agentes económicos locais no quadro da legislação europeia relativa aos auxílios de Estado, casos do Sistema de Apoio à Liquidez das Empresas da Madeira, o designado Programa “APOIAR+ Liquidez”, que irá vigorar até 31 de dezembro deste ano.

O governante apontou que, no final do ano de 2022, o Programa Madeira 2030 foi aprovado pela Comissão Europeia, traduzindo um apoio glo-



bal de 760 milhões de euros, dos quais 319 ME relativos ao Fundo Social Europeu Mais e 441 ME do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional.

“Nesta aprovação, o Governo Regional conseguiu manter taxas de cofinanciamento de 85% e um aumento da dotação adicional específica anual de FEDER destinada às RUP, de 30 para 40 euros por habitante, contemplando a criação de uma parcela adicional de Fundo Social Europeu Mais”, lembrou.

Ao abrigo do Programa de Cooperação INTERREG Madeira-Açores-Canárias – MAC 2021-2027, estão previstos para a região cerca de 16,4 ME, igualmente com uma taxa de comparticipação de 85%. A Madeira vai beneficiar ainda de uma dotação financeira global de 136 ME do Fundo de Coesão e mais de 94,6 milhões de euros do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) foram transferidos para a região no final de 2022.

“Ainda recentemente, ficou concluída a negociação entre o Governo Regional e a República, no âmbito da reprogramação do PRR, que garante um reforço de 95 milhões de euros para investimentos determinados pela região, a que acrescem 24 milhões de euros de acesso a avisos nacionais, que permitirão o financiamento de novos investimentos e o fortalecimento de um conjunto de reformas já em execução”, mencionou.

Segundo Rogério Gonçalves, a Madeira regista uma taxa de execução do PRR superior à nacional, entre 32 e 34%, num total de 200 milhões de euros.

Em foco no debate esteve ainda a negociação com a Comissão Europeia do novo regime da Zona Franca da Madeira, tendo o governante perspetivado que deve estar concluída até o final deste ano, para vigorar em 2024.

MADEIRA PROMOVE DESPORTO ENQUANTO FATOR DE COESÃO DA POPULAÇÃO

O Grupo Parlamentar do PSD destaca o investimento público realizado na Calheta na área desportiva que tem permitido a prática de várias modalidades, envolvendo desde as camadas mais jovens aos seniores, e a dinamização de diversos eventos desportivos de cariz nacional e internacional.

Numa visita ao Clube Desportivo e Recreativo dos Prazeres, integrada nas Jornadas Locais que decorrem no concelho, e onde está a ser desenvolvido um projeto público de fruição, lazer e zona desportiva, com pista de patinagem, pavilhão gimnodesportivo e campo de futebol, o deputado Nuno Maciel salientou a importância destas infraestruturas criadas pelo Governo Regional, enquanto fatores de coesão social e de desenvolvimento integrado das populações.

O deputado lembra que o concelho possui vários atletas praticantes de patinagem de alta velocidade, com resultados internacionais, pelo que a construção da pista de patinagem representa “uma mais-valia”, não só para os treinos desses atletas, que anteriormente eram feitos no Faial, como para a promoção de eventos desportivos nesta modalidade. O badminton, o futsal, o futebol, a ginástica para todos ou o BTT são outras das modalidades oferecidas e praticadas por jovens e adultos, com vários títulos alcançados ao nível regional, nacional e internacional.

Número 489 • 21 de Dezembro de 1983 • Preço 30\$00

Povo Livre

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA • Director interino: J. CORDEIRO PEREIRA

"POVO LIVRE"
deseja Boas Festas
aos seus
leitores

ELEITOS OS DELEGADOS AO CONGRESSO NACIONAL DOS TRABALHADORES SOCIAIS DEMOCRATAS

No passado dia 14 reuniu a Comissão Organizadora do Congresso com vista ao apuramento dos resultados globais da eleição de Delegados ao Congresso Nacional dos Trabalhadores Sociais-Democratas, bem como da marcação do local onde se realizará o mesmo.

Verificadas as votações das 95 mesas de voto instaladas em todo o País e conferidos os apuramentos provisórios de cada distrito, a C.O.C. confirma os seguintes resultados definitivos:

Lista A = 91 Delegados eleitos
Lista B = 209 Delegados eleitos
distribuídos como se seguem por cada Distrito:

DISTRITOS	LISTA A	LISTA B
	N.º de Delegados	N.º de Delegados
AVEIRO	7	14
BEJA	2	2
BRAGA	7	4
BRAGANÇA	1	3
CASTELO BRANCO	2	3
COIMBRA	4	8
ÉVORA	2	1
FARO	8	3
GUARDA	—	3
LEIRIA	1	6
LISBOA — AML	17	76
LISBOA — OESTE	2	1
PORTALEGRE	3	2
PORTO	18	30
SANTARÉM	3	9
SETÚBAL	3	14
VIANA DO CASTELO	—	5
VILA REAL	4	3
VISEU	1	6
MADEIRA	—	11
AÇORES	6	5
TOTAL	91	209

Foram ainda apurados os lugares de inerência conforme estipula o Regulamento do Congresso tendo-se aceite as 145 declarações oriundas dos trabalhadores sociais-democratas em Corpos Gerentes de Associações Sindicais, Comissões de Trabalhadores e dos Secretariados das Secções Socioprofissionais que nomearam os seus respectivos representantes, a saber:

- 49 — Por Associações Sindicais
- 37 — Por Comissões de Trabalhadores
- 49 — Por Secretariados de Secções Socioprofissionais

Considerando ainda os 13 membros do C.O.C. que têm lugar por inerência, os Delegados ao Congresso Nacional dos Trabalhadores Sociais-Democratas, assim determinados, totalizam 448.

A C.O.C. marcou ainda o local de realização do Congresso para o Hotel Golf-Mar no Vimeiro, com a recepção dos delegados a partir das 19 horas do dia 6/1/84.

Terminou a C.O.C. por realçar a boa participação dos Trabalhadores Sociais-Democratas na eleição dos Delegados, demonstrativa da consciência com que todos os sociais-democratas assumiram a importância deste Congresso para o futuro da Social-Democracia no País e para a revitalização da participação dos Sociais-Democratas no mundo do Trabalho.

Como é habitual, devido à quadra que atravessamos, «Povo Livre» não se publica na próxima semana, se voltando ao convívio dos Leitores no próximo dia 4 de Janeiro.

Turismo:
uma riqueza nacional
— conclusões do Encontro promovido pela Comissão Política Distrital de Faro do PSD
(PÁGINA 2)

SOCIAIS DEMOCRATAS NAS AUTARQUIAS
ênfase quer a construção de uma variante que valorize as muralhas e o Rio Minho
(Página 12)

VIDA PARLAMENTAR

Com a inclusão, hoje, das intervenções dos nossos deputados Mário Adegas, Silva Domingos e Marques Mendes no decorrer do debate parlamentar, na generalidade, do Orçamento do Estado para 84 e das Grandes Opções do Plano, «Povo Livre» conclui, assim, a publicação das principais posições expressas pelo PSD na AR relativamente àqueles dois importantes documentos.

Mário Adegas falou sobre política económica e financeira, Silva Domingos debruçou-se sobre a situação na Marinha Mercante, e Marques Mendes proferiu uma declaração de voto sobre descentralização e autonomia local.

(Págs. 4, 5 e 8)

CONVOCATÓRIAS PSD



RECEÇÃO TERÇA-FEIRA ATÉ 12H00 | Fax: 213 973 168 | Email: convocatorias@psd.pt

SECÇÕES

ARGANIL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção de Arganil, para reunir no próximo **dia 29 de Julho (sábado) de 2023, pelas 14H00**, na Sede sita no Largo Padre Manuel Vasconcelos Delgado, nº 3 em Arganil, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Eleição da Comissão Política de Secção;
 2. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção.
- Notas: As listas candidatas devem ser entregues ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

As urnas estão abertas das 14H00 às 20H00.

CANTANHEDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata, e demais Regulamentos aplicáveis em vigor, convoca-se a Assembleia de Secção de Cantanhede, para reunir em sessão ordinária, no próximo **dia 3 de Julho de 2023 (segunda-feira), às 20H30**, na Sede da Concelhia, sita na Praça Marquês de Marialva, Edifício Rossio 2.º Sala 11 sede, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Prestação de Contas 2022;
3. Plano atividades para o 2º Semestre;
4. Ponto de situação da Transferência de Competências para os Municípios;
5. Análise da situação política local e nacional;
6. Outros assuntos.

Nota: Se na hora designada não houver quórum dos membros, fica a mesma convocação para as 21H00.

ELVAS

Ao abrigo dos Estatutos do PSD, convoca-se os militantes da Secção de Elvas do PSD, para a Assembleia da Secção a realizar no próximo **dia 28 de Junho (quarta-feira) de 2023, pelas 21H30** na Sede Concelhia do PSD, sita na Rua da Cadeia, nº 34-C, 1º em Elvas com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Análise da situação política do concelho;
2. Análise da situação política nacional;
3. Ponto de situação política e desenvolvimento da JSD de Elvas;
4. Outros assuntos de interesse.

FIGUEIRÓ DOS VINHOS

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Figueiró dos Vinhos do PSD, para reunir, no próximo **dia 7 de Julho (sexta-feira) de 2023, pelas 18H00**, na Sede sita na Rua Dr. Manuel Simões Barreiros, nº 8, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Análise da situação política atual;
2. Outros assuntos.

GONDOMAR

Nos termos dos Estatutos Nacionais do PSD, convoco a Assembleia da Secção para reunir, no próximo **dia 3 de julho (segunda-feira) pelas 21H00**, na Sede Concelhia do PSD Gondomar, sita à Rampa dos Combatentes da Grande Guerra, nº 31, em Gondomar (S, Cosme).

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto único- Análise da Situação Política.

MACEDO DE CAVALEIROS

Ao abrigo do disposto nos artigos 53o e 54o dos Partido Social Democrata (PPD/PSD), convoca-se os militantes da Secção de Macedo de Cavaleiros para reunir em Assembleia de Secção, na sua Sede concelhia, no próximo **dia 24 de julho de 2023 (segunda-feira), pelas 20H30**, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Apresentação aos militantes das listas candidatas e respetivos manifestos.
2. Outros assuntos.

Nota: De acordo com o disposto no artigo 69o dos Estatutos, se na reunião acima convocada não estiverem presentes mais de metade dos militantes, fica desde já convocada uma nova reunião da Assembleia de Secção, no mesmo local e dia, decorridos que sejam trinta minutos, a qual funcionará com qualquer número de presenças.

MACEDO DE CAVALEIROS

Ao Abrigo dos Estatutos e do Regulamento Eleitoral do Partido Social Democrata, convoca-se todos os militantes dotados com capacidade eleitoral ativa, para reunirem em Assembleia, no **dia 26 de julho de 2023 (quarta-feira), às 19H00**, na Sede do PSD/Macedo de Cavaleiros, sita na Rua Clarinha Vaz, 2 - Macedo de Cavaleiros, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

Ponto Único: Eleição dos Órgãos de Secção.

1. Eleição da Comissão Política de Secção.
- Notas. A eleição decorrerá entre as 19H00 e as 21H00.

As listas para a Comissão Política de Secção devem ser apresentadas ao Presidente da Mesa ou a quem o possa substituir, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral, na Sede do PSD/Macedo de Cavaleiros, sita na Rua Clarinha Vaz, 2 - Macedo de Cavaleiros.

SEIXAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do Seixal para reunir **quarta-feira, 28 de junho de 2023, pelas 21H00**, na Sede da Secção, sita na Rua do M. F. A., nº 11, Amora, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Análise da situação político-partidária;
3. Outros assuntos.

SESIMBRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Militantes da Secção de Sesimbra do PSD, para reunir no próximo **dia 30 de Junho (sexta-feira) de 2023, pelas 20H30**, na Sede da Secção de Sesimbra, sita na Rua da República, 20- 1º Esq., Sesimbra, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações Ponto;
2. Análise da situação política

Nota: Se na hora prevista não estiverem presentes a maioria dos militantes da Secção, a Assembleia iniciar-se-á decorridos trinta minutos, com o número de militantes presentes

VILA NOVA DE GAIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se os militantes de Vila Nova de Gaia, para estarem presentes à reunião ordinária da Assembleia de Secção, a ter lugar no **dia 30 de Junho (sexta-feira) de 2023, pelas 21H00** na Sede Concelhia, sita à Rua Francisco Sá Carneiro nº 1323, em Vila Nova de Gaia, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações acerca da realização do 41º Congresso Nacional do PSD;
2. Informações a serem prestadas pelo Presidente da Comissão Política Concelhia, e pelos demais eleitos do PSD nos diferentes órgãos locais, distritais e nacionais;
3. Análise da situação política quer ao nível local quer a nível Nacional.

De acordo com o preceituado no nº 2 do artº 69º dos estatutos, se não estiverem presentes militantes que representem pelo menos metade dos seus membros, os trabalhos iniciar-se-ão pelas 21H30.

VILA NOVA DE POIARES

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Militantes de Secção de Vila Nova de Poiares, para reunir em plenário, no próximo **dia 30 de Junho (sexta-feira) de 2023, pelas 21H00**, na Sede de Secção do PSD de Vila Nova de Poiares, sita na Av. Manuel Carvalho Coelho em Vila Nova de Poiares, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHO

1. Informações;
2. Balanço da Atividade Política;
3. Outros assuntos de interesse.

CONVOCATÓRIAS JSD



RECEÇÃO SEGUNDA-FEIRA ATÉ 18H00 | Email: jsdnacional@gmail.com

LISBOA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da Juventude Social Democrata e demais Regulamentos, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD Lisboa para reunir, no próximo **dia 29 de julho de 2023, com início pelas 20h30**, na sede do PSD Distrital de Lisboa, sita na Praça São João Bosco 3B, 1350-295 Lisboa, com a seguinte ordem de trabalhos:

Informações;

Análise da situação política local e nacional;

Outros assuntos.

NÚCLEO DA QUARTEIRA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo de Quarteira - Loulé, para reunir no próximo **dia 22 de julho de 2023 (sábado), pelas 15H00**, em sistema de urna aberta, na Sede da Junta de Freguesia de Quarteira sita à Rua Vasco da Gama 85, em Quarteira, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único - Eleição da Comissão Política da JSD do Núcleo de Quarteira.

Notas - As listas candidatas devem ser entregues, ao Presidente da Comissão Política da Secção de Loulé, ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral.

As urnas estão abertas das 15H00 às 17H00.

Nota: uma vez que o partido não tem uma sede na freguesia de Quarteira, o único espaço que pode acolher o ato eleitoral será a sede da junta de freguesia, sendo que, a disponibilidade é apenas no dia 22 de julho.

NESD FACULDADE DE DIREITO DE LISBOA

Ao abrigo dos Estatutos da Juventude Social Democrata, convocam-se os militantes da JSD que sejam estudantes inscritos na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, para o Plenário do Núcleo de Estudantes Social-Democratas da referida Instituição, para reunir no próximo **dia 14 de Julho de 2023, entre as 18h00 e as 19h30**, na sala 10.6 da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Cidade Universitária, 1649-014, Lisboa com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Discussão da situação política atual.
